

# TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Agenda internacional, financiamento e repercussões



Realizado em Fortaleza, de 2 a 4 de abril de 2024, o *Seminário “Transição ou transação energética? Agenda internacional, financiamento e repercussões”* congregou especialistas e uma diversidade de integrantes da sociedade civil, preocupados com os rumos da política energética, da transição energética, das políticas internacionais e nacionais do Brasil e suas implicações socioambientais no contexto atual.

Neste e no próximo ano, o Brasil, sob a liderança do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sediará três importantes cúpulas internacionais de chefes de Estado: do G20 em 2024, dos BRICS e a COP 30, em 2025. As negociações internacionais continuam promovendo a expansão de políticas neoliberais que mercantilizam e financeirizam a vida e a natureza, resultando no aumento da violência, da miséria, da pobreza, das desigualdades e do aquecimento global, o que agrava a emergência climática que vivemos. O mercado, tal como constituído atualmente, privatiza a riqueza e socializa a miséria, a repressão e a destruição ecológica do planeta.

A participação das chamadas economias emergentes – a expansão do G7 para o G20 e a criação dos BRICS, por exemplo – não representa um afastamento da globalização neoliberal. O que temos visto é a aposta em políticas que promovem medidas de austeridade e de liberalização de mercados, agravando a situação de bilhões de pessoas afetadas cotidianamente pelas guerras e pelas crises econômica, social, sanitária, ambiental e climática que caracterizam os tempos atuais.

## **Renováveis: energia “limpa” para quem?**

Um tema presente em todos esses espaços, negociações e diálogos internacionais é a transição energética. A COP 28, em Dubai, afirmou o compromisso pouco crível de substituir o petróleo e outras energias fósseis por energias renováveis. A título de exemplo, no Brasil mais uma rodada de leilões de petróleo aconteceu logo após a COP 28, o que foi apenas mais uma evidência da contradição entre o discurso e a prática governamental neste campo.

O que temos visto, e que ultimamente está amplamente documentado, é o avanço de mega estruturas de usinas eólicas e solares em terra e a projeção de 95 mega eólicas no mar (offshore) brasileiro, em escalas que causam e têm potencial de promover impactos devastadores sobre os territórios pesqueiros e ecossistemas marinhos. A expansão de renováveis está conjugada à projeção de produção de hidrogênio verde para exportação de commodity energética destinada ao Norte global. As consequências da compreensão

# TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Agenda internacional, financiamento e repercussões



da energia como mercadoria são perceptíveis na rápida proliferação de conflitos socioecológicos, bem como nas ameaças aos defensores e defensoras do meio ambiente. A proposta de transição energética está limitada em seu campo de ação ao sistema econômico, político e social existente, que até o presente momento não reconhece os limites planetários.

O seminário destacou uma preocupação central em relação à contradição evidente entre os objetivos proclamados pelo G20, particularmente aqueles relacionados à transição energética e outras metas cruciais, como a segurança alimentar e a luta contra a fome. Essa contradição manifesta repercute na competição por recursos e penaliza as populações na medida em que o orçamento, o financiamento dos bancos públicos, privilegia os negócios da expansão das mega renováveis, aprofundando o cenário de injustiça que predomina no país, em especial no nordeste brasileiro.



Usina eólica em Aracati (CE): conflitos socioambientais, praia privatizada e invasão de área quilombola. Foto: Claudia Pereira/APC

## Megaemprendimentos afetam corpos e territórios

A geração de energia eólica tornou-se uma das atividades mais rentáveis no país, com um ambiente seguro e confiável, por meio das políticas públicas, altas taxas de lucratividade e um marco regulatório flexível. Tratada como “energia limpa”, o fenômeno das eólicas manifesta muito da ideologia do desenvolvimento sustentável, na qual a retórica ecológica pode encobrir os

verdadeiros impactos das escolhas realizadas. Não é por se tratar de uma matriz renovável que não existam danos ao meio ambiente e às populações locais. Além disso, muitos componentes, desde as pás dos aerogeradores até as linhas de transmissão, estão baseadas na exigência de matérias-primas e processos que não são “limpos”. Esses processos afetam também a saúde e a reprodução dos animais, devido ao barulho, sombra e resíduos.

A indústria eólica também afeta profundamente as comunidades próximas aos locais escolhidos para instalação dos aerogeradores que predominam no nordeste brasileiro. Por vezes invisibilizadas, essas populações acabam sofrendo com problemas como perda de território através de contratos de arrendamento profundamente injustos, terem

# TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Agenda internacional, financiamento e repercussões



o ingresso a determinadas áreas bloqueados, acarretando mudanças no acesso a bens naturais comuns disponíveis em manguezais, mar, terras agricultáveis, matas, além de situações de subemprego. Tanto o processo de construção quanto a operação das usinas afetam profundamente a saúde humana: seja pela poeira excessiva das obras, seja pela poluição sonora e visual (efeito sombra ou estroboscópico) dos aerogeradores em funcionamento, comprometendo a saúde mental e física das populações que vivem no seu entorno, decorrentes do barulho constante e mecânico das pás, e ainda as dermatoses e doenças respiratórias decorrentes da deterioração das fibras dos componentes de aerogeradores e pás.

## Expansão com financiamento público e tarifa alta pagas pela população

O seminário também expressou preocupação com as repercussões da expansão das eólicas sobre o setor elétrico. A expansão das renováveis no nordeste exige investimento em linhas de transmissão da ordem de R\$ 2,8 bilhões no Ceará nos próximos cinco anos, e de R\$ 24,7 bilhões para o Brasil em novos projetos que estão incluídos no Programa de Expansão da Transmissão (PET) e no Plano



*Energia "limpa": barulho, impactos na produção de alimentos, na sobrevivência comunitária, na fauna e flora. Foto: Flaviana Serafim/Jubileu Sul Brasil*

de Expansão de Longo Prazo (PELP), que visam, além do aumento da margem de escoamento da geração renovável para os centros consumidores, trazer soluções para os problemas de sobrecarga e trazer a confiabilidade no fornecimento de energia para determinadas regiões do país.

A necessidade de investimentos na expansão das linhas de transmissão, inclusive contando com financiamento do BNDES, apesar dos benefícios a longo prazo supracitados, acaba por onerar o sistema elétrico e repercute em tarifas de eletricidade crescentes. À medida que os custos associados à construção e operação são repassados aos consumidores, estas têm sido subsidiadas pelo governo federal no contexto da privatização da Eletrobras.

O aumento das faturas de energia para a população, subsidiado pelo governo para mitigar o impacto nas famílias e no setor produtivo, evidencia um desequilíbrio que não pode ser sustentado a longo prazo. O financiamento público para a expansão da

# TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Agenda internacional, financiamento e repercussões



transmissão elétrica, por meio de bancos públicos, encarece ainda mais o sistema, sobrecarregando os consumidores e comprometendo a eficiência do setor.

Vale ressaltar que a grande novidade no setor eólico e de hidrogênio verde - esse último altamente consumidor de energia - é a expectativa de início da geração de energia eólica em alto mar (*offshore*). Já existem 95 projetos (IBAMA, 2024) desse tipo no Brasil em análise pelo órgão ambiental federal, e os planos apontam um potencial muito superior aos projetos *on shore* (continental). A maioria dos projetos previstos está diretamente relacionada com o capital internacional a exemplo da BI Energia (Itália), Neoenergia (Espanha), Shell (Reino Unido), Qair (França), Total (França), Equinor (Noruega), Shizen (Japão) e H2 Greenpower (Alemanha).



Mineradora da Samarco e rompimento de barragem em Mariana (MG). Foto: Felipe Werneck/Ibama

## Descarbonização multiplica demanda por minérios e terras raras

Com relação à transição energética hegemônica, além da expansão das renováveis, temos um outro setor em expansão que se relaciona com a eletrificação e a transição energética em curso, que é a mineração. Os territórios em que se realiza e as populações que neles habitam serão profundamente impactados em relação às bases naturais de sustentação à vida. A descarbonização da

da economia, essencial para conter a crise climática, multiplica a demanda por minerais e terras raras estratégicas. A Agência Internacional de Energia (AIE) estima que a demanda de lítio foi a que mais cresceu e que, em apenas duas décadas, irá se multiplicar por 42. A demanda de cobalto se multiplicará por 25, a de níquel por 19, a de manganês por 8 e a de terras raras por mais de 7.

Ora, se a agenda internacional principal do governo Lula é o combate à fome, o que se observa de forma muito explícita é que um dos impactos do modelo de implantação de usinas eólicas e solares no Brasil é a restrição de atividades relacionadas à produção de alimentos (agricultura, pesca, coleta...) das comunidades afetadas, o que traz séria insegurança alimentar às mesmas. Além dos impactos sobre a saúde dos ambientes e às populações associadas.



## Instituições financeiras ignoram critérios socioambientais

Restou evidente no seminário o contínuo e protagônico papel que as instituições financeiras multilaterais possuem nesse processo. O Banco Mundial financia e desenha políticas públicas para a transição energética, emprestando aos países recursos destinados a este fim, mas que contribuem também para o aumento do endividamento público. Exemplo recente é a negociação, com a Caixa Econômica Federal, para um empréstimo de U\$ 500 milhões.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) concebe que o aproveitamento de recursos eólicos e solares será crucial para suprir o aumento na demanda por eletricidade no país, projetando uma redução da participação da energia hidrelétrica na matriz elétrica brasileira para algo entre 30% e 55%. A contribuição das fontes renováveis na matriz de geração de energia do Brasil continuará em ascensão, ultrapassando a marca de 90%. Há anos o Grupo BID vem estudando o potencial de implementação de um mercado de hidrogênio verde na América Latina e Caribe, ciente de que essa região possui a matriz elétrica mais limpa do mundo. Seu apoio a governos e ao setor privado da região através da assistência técnica, projetos, fundos concessionais, consultorias, estabelecimento de marcos legais, já o coloca à frente do financiamento de 11 das 12 estratégias regionais de hidrogênio em desenvolvimento e/ou em implementação.



*Troca de experiências em visita ao Quilombo do Cumbe foi parte da programação do seminário. Foto: Flaviana Serafim/Jubileu Sul Brasil*

No plano nacional, o financiamento é viabilizado principalmente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) por meio do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Em 2021, foram mais de R\$ 10 bilhões de crédito de longo prazo destinados ao setor, representando 58,3% a mais em relação ao ano anterior (Cenários Eólica, 2022).

Em novembro de 2024 teremos a reunião do G20 acontecendo no Rio de Janeiro.

# TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Agenda internacional, financiamento e repercussões



O Governo brasileiro definiu sua agenda como presidente do bloco para esse ano: combate à fome e à desigualdade, reforma das instituições financeiras, governança global, mudanças climáticas e transição energética.

Ainda que o BNDES desempenhe relevante papel no fomento do setor de energia do país, ele não aplica importantes critérios socioambientais para a sua análise de risco e tomada de decisões com relação às suas carteiras de crédito e investimentos. O projeto Guia dos Bancos Responsáveis (GBR), uma iniciativa do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Conectas Direitos Humanos, Instituto Sou da Paz e Proteção Animal Mundial, apontou que, em 2022, o banco levava em conta em suas políticas socioambientais de fomento para o setor elétrico tão somente 45% dos critérios exigidos pela sociedade civil para uma atuação responsável.

## Transição energética para quem e como?

A partir desses temas, pretendemos aprofundar uma visão crítica desde a economia e a ecologia política: a quem interessa tudo isso? Quem ganha? Quem perde? – para contribuirmos com o debate, no Brasil, de que as comunidades não podem ser sacrificadas e chamadas a pagar a conta da transição energética. Trata-se de uma oportunidade para que organizações e movimentos sociais do país aprofundem e ampliem, no território brasileiro, estratégias de resistência ao capitalismo e de afirmação de propostas em defesa dos bens comuns e da vida.



*Santa Quitéria (CE): assentamentos da reforma agrária afetados pela exploração de urânio. Foto: Elena Meirelles/Instituto Terramar.*

Nas encruzilhadas da busca por uma necessária transição energética justa, devemos reconhecer que as políticas de desenvolvimento para as fontes renováveis (eólicas, solar) e hidrogênio verde são influenciadas pelas estruturas de desigualdades de nossa sociedade, nas quais o racismo é fundante.

Essa realidade não pode ser negligenciada nos debates das políticas de desenvolvimento e de transição energética, nem nas análises das degradações e dos conflitos socioambientais associadas à expansão das renováveis.

# TRANSIÇÃO ENERGÉTICA TRANSAÇÃO

Agenda internacional, financiamento e repercussões



Territórios de vida e dos povos não são mercadoria!  
Energia renovável sim, mas não assim!

Fortaleza, 4 de abril de 2024

## **Articulação organizadora do seminário:**

Adelco – Associação para Desenvolvimento Local Co-produzido

AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia

Cáritas Brasileira Regional Ceará

Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP)

De Mãos Dadas Criamos Correnteza

ESPLAR Centro de Pesquisa e Assessoria

Frente por uma Nova Política Energética

Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS)

Instituto Terramar

Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

Movimento de Atingidos por Renováveis (MAR)

Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM)

Observatório da Cultura e Meio Ambiente (Unilab)

Rede Brasileira de Justiça Ambiental

Rede Jubileu Sul Brasil